

Poder potencial, vulnerabilidade externa e hiato de poder do Brasil.

Reinaldo Gonçalves⁷³

Resumo:

Nesse texto, analisamos empiricamente o poder internacional e a vulnerabilidade externa do Brasil: (1) o Brasil tem um grande poder potencial; (2) o Brasil tem uma enorme vulnerabilidade econômica externa, ou seja, um reduzido poder efetivo; e, (3) o Brasil se defronta com um elevado "hiato de poder", isto é, uma grande diferença entre o poder potencial e o poder efetivo. A principal implicação de política é que o Brasil precisa ter como diretriz fundamental do seu projeto de desenvolvimento, a redução da sua própria vulnerabilidade externa. Para isso, é necessário mudar as atuais diretrizes e políticas domésticas que afetam a inserção internacional do país e agravam a sua vulnerabilidade externa nas dimensões comercial, produtivo-tecnológica e monetário-financeira.

Introdução

Parte substantiva da percepção a respeito do Brasil-Golias (Brasil-baleia ou Brasil-transatlântico) advém da extraordinária base de poder do país. Esse é um fato inegável: o Brasil tem um peso específico no cenário internacional em decorrência de uma elevada base de poder. Essa base dá ao Brasil um evidente poder potencial.

Entretanto, a realidade nacional e a realidade dos processos, relações e estruturas do sistema internacional mostram a vulnerabilidade externa e o déficit de poder do país. Por um lado, o Brasil sofre recorrentemente os efeitos de pressões, fatores desestabilizadores e choques externos. Por outro, a evidência é de que mudanças significativas no Brasil têm impacto nulo ou praticamente nulo no resto do mundo. Nos últimos anos, o Brasil tem sido afetado significativamente por crises econômicas em países como México, Tailândia, Rússia e Argentina. A recíproca, porém, não é verdadeira. Exemplo recente foi a crise cambial de 1999, quando "o contágio provocado pela desvalorização no Brasil foi surpreendentemente leve." (Eichengreen, 2003, p. 165).

1. Hipóteses

O problema central para o Brasil é o seguinte: o país tem uma extraordinária base de poder, ou seja, um elevado poder potencial, ao mesmo tempo em que apresenta uma grande vulnerabilidade externa, isto é, reduzido poder efetivo. A especificidade do Brasil está tanto no elevado poder potencial quanto na alta vulnerabilidade externa. E mais, pode-se afirmar que a especificidade de maior destaque do Brasil está no enorme diferencial entre o poder potencial e o poder efetivo do país na arena internacional. Em outras

⁷³ Professor titular de Economia Internacional da UFRJ, rgoncalves@alternex.com.br. Esse texto baseia-se no capítulo 5 do livro *Economia Política Internacional*, Ed. Elsevier/Campus, Rio de Janeiro, 2005.

palavras, o Brasil defronta-se com um enorme "hiato de poder", mais precisamente, um déficit de poder efetivo na arena internacional.

A questão da especificidade do Brasil é fundamental para a definição da política externa brasileira. Há alguns poucos países que, como o Brasil, têm uma forte base de poder. Exemplos óbvios de países com grande poder potencial são: Estados Unidos, China, Índia e Rússia. No que se refere à vulnerabilidade externa, há dezenas de países, que como o Brasil, têm reduzida capacidade de resistência a pressões, fatores desestabilizadores e choques externos. Aqui a lista é imensa, pois inclui praticamente toda a América Latina, o Caribe e a África sub-saariana, bem como inúmeros países da Ásia e parte da Europa Central e Oriental. No entanto, há um fato a destacar: somente um grupo com um número pequeno de países pode ser incluído em ambos os casos (elevado poder potencial e elevada vulnerabilidade externa). Nesse grupo, o Brasil é um exemplo conspicuo.

Nesse texto, analisamos empiricamente o poder internacional do Brasil. A análise está focada em três hipóteses: (1) o Brasil tem um grande poder potencial; (2) o Brasil tem uma enorme vulnerabilidade econômica externa, ou seja, um reduzido poder efetivo; e, (3) o Brasil se defronta com um elevado "hiato de poder", isto é, uma grande diferença entre o poder potencial e o poder efetivo.

Essas três hipóteses têm implicações sérias e profundas para a definição de estratégias de inserção e políticas de atuação no cenário internacional, particularmente, no sistema econômico internacional. Trata-se, então, de identificar e hierarquizar os elementos estruturais e conjunturais que permeiam as estratégias de inserção internacional e a política econômica externa.

2. Conceitos básicos

Antes de passarmos à análise empírica cabe apresentar os conceitos básicos, a saber: poder potencial; vulnerabilidade externa; poder efetivo; e, hiato de poder.

O poder potencial de cada Estado está assentado em uma base. Partindo da conhecida concepção de Weber (1922, p. 152), *poder* de um ator político é a probabilidade de realizar a sua própria vontade independentemente da vontade alheia. Naturalmente, há inúmeros atores importantes que operam na arena internacional (Seitenfus, 2004, capítulo 2). Dentre esses atores podemos mencionar: indivíduos, classes e grupos sociais; grupos de interesses, opinião pública e mídia; organizações não-governamentais; empresas transnacionais; banca internacional; e, organizações intergovernamentais. Entretanto, no cenário internacional o ator político com papel protagônico é o Estado.

O *poder potencial* assenta-se em uma base de poder, que é o conjunto dos recursos materiais de poder sobre os quais o poder potencial de um Estado nacional pode ser convertido em poder efetivo (Deutsch, 1968, p. 22-23). Inúmeros são os recursos usados para se mensurar a base de poder do Estado. As variáveis freqüentemente mais utilizadas são os recursos bélicos, população, território e riqueza.

A *vulnerabilidade externa* é a probabilidade de resistência a pressões, fatores desestabilizadores e choques externos, bem como o custo dessa resistência (Gonçalves, 2003, p. 34). Quanto mais baixa essa probabilidade, maior é a vulnerabilidade externa. A questão da vulnerabilidade externa não se restringe à capacidade de resistência. Há, também, os problemas referentes às opções e aos custos de se contrapor à influência das variáveis externas. A

vulnerabilidade tem, então, duas dimensões igualmente importantes. A primeira envolve as opções de resposta com os instrumentos de política disponíveis. E, a segunda incorpora os custos de enfrentamento ou de ajuste frente aos eventos externos (Jones, 1995, p. 7). A vulnerabilidade externa é multidimensional e abarca os custos da resistência aos efeitos negativos dos fluxos financeiros, do investimento e do comércio no sistema internacional. Nossa análise restringe-se, então, à vulnerabilidade externa nas diferentes dimensões das relações econômicas internacionais. Essas dimensões são a comercial (comércio de bens e serviços), produtiva (atuação de empresas transnacionais e investimento externo direto), tecnológica (transferência de *know-how* e direito de propriedade intelectual), e monetária e financeira (investimentos financeiros, empréstimos e financiamentos).

A resistência a fatores desestabilizadores externos é exercida, geralmente, com o uso de políticas macroeconômicas tradicionais – políticas monetária, cambial e fiscal. Os governos, também, podem usar controles diretos sobre os fluxos de capital e sobre as operações das subsidiárias de empresas transnacionais. Há, ainda, a opção do uso da política comercial para enfrentar os problemas criados pela dinâmica do sistema mundial de comércio. Assim, a vulnerabilidade externa é tão maior quanto menores forem as opções de política, e quanto elevados forem os custos do processo de ajuste. A vulnerabilidade externa varia inversamente com as opções de política e diretamente com os custos do ajuste.

O processo de globalização tem, sem dúvida alguma, gerado um sistema mais complexo de interdependências entre economias nacionais. Entretanto, esse sistema de interdependências continua significativamente assimétrico, de tal forma, que se pode falar de "vulnerabilidade unilateral" por parte da grande maioria de países do mundo, que têm uma capacidade mínima de repercussão em escala mundial (Ramonet, 1998). Isto é, um país que tem vulnerabilidade unilateral é muito sensível frente a eventos externos e sofre, de forma significativa, as conseqüências de mudanças no cenário internacional, enquanto os eventos domésticos desse país têm impacto nulo ou quase nulo sobre o sistema econômico mundial.

O *poder efetivo* de um país é a probabilidade real desse país de realizar sua própria vontade independentemente da vontade alheia. Assim, o poder efetivo é inversamente proporcional à vulnerabilidade externa. Quanto mais elevada a probabilidade de realizar a sua própria vontade ou de resistir a pressões externas, menor é a vulnerabilidade de um país e, portanto, maior é o seu poder efetivo no sistema internacional. O exercício do poder efetivo na arena internacional depende, então, positivamente do poder potencial e negativamente da vulnerabilidade externa de cada Estado.

O *hiato de poder*, por seu turno, é a diferença entre o poder potencial e o poder efetivo. Trata-se, então, da diferença entre o conjunto de recursos de poder e o conjunto de vulnerabilidades.

3. Metodologia

A análise empírica do poder potencial, da vulnerabilidade externa, do poder efetivo e do hiato de poder baseia-se em uma metodologia focada no cálculo de índices específicos. Esses índices são variáveis reduzidas que medem, para cada país, a diferença entre o seu desempenho e o desempenho do país com o pior

resultado como uma proporção entre a diferença entre o país com melhor resultado e o país com o pior resultado. A fórmula básica é seguinte:

$$\text{Índice} = \frac{X - X_{\text{Mín}}}{X_{\text{Máx}} - X_{\text{Mín}}} \times 100$$

Sendo X o valor da variável para cada país, $X_{\text{Máx}}$ o maior valor da variável e $X_{\text{Mín}}$ o menor valor da variável. O índice varia de 0 a 100.

O Índice de Poder Potencial (IPP) é a média simples de três outros índices que expressam o desempenho das seguintes variáveis: tamanho do território, população e valor da produção (produto nacional). Os índices para cada uma dessas variáveis é calculado com a fórmula acima. Assim,

$$IPP = \frac{ITT + ITP + ITR}{3}$$

Os índices ITT, ITP e ITR referem-se ao tamanho do território, da população e da economia, respectivamente. O território é medido em milhões de quilômetros quadrados, a população em milhões de habitantes e o tamanho da economia é medido pelo produto interno bruto (em milhões de dólares, conceito paridade de poder de compra).

Os índices que compõem o IPP são calculados com base na hipótese de “retornos decrescentes”. Na medida em que aumenta, por exemplo, a população, o poder potencial não tende a crescer proporcionalmente. Isso quer dizer que a base de poder de um país com uma população de 100 milhões não é equivalente a 10 vezes a base de poder de outro país com uma população de 10 milhões. O mesmo ocorre com uma população de 1 bilhão, que não tende a gerar um poder potencial equivalente a dez vezes a base correspondente a uma população de 100 milhões. Tanto um país com uma população de 100 milhões ou de 1 bilhão de pessoas pode ter forças armadas de 3 milhões de combatentes. Para capturar esse fenômeno utilizou-se, na fórmula acima, o logaritmo natural dos números correspondentes a população, território e renda.

O Índice de Vulnerabilidade Econômica Externa (IVE) é a média simples de três outros índices: vulnerabilidade comercial (IVCO), vulnerabilidade produtivo-tecnológica (IVPT) e vulnerabilidade monetário-financeira (IVMF). Cada um desses índices expressa uma

dimensão específica das relações econômicas internacionais. E, cada um desses índices, por seu turno, é a média simples de índices correspondentes a indicadores (coeficientes) específicos de vulnerabilidade externa. No caso de indicadores que tendem a reduzir a vulnerabilidade externa, o índice correspondente é igual a 100 menos o índice calculado com a fórmula acima.

O Índice de Vulnerabilidade Econômica Externa (IVE) é calculado da seguinte forma:

$$IVE = \frac{IVCO + IVPT + IVMF}{3}$$

As dimensões produtiva-real e tecnológica foram tratadas em conjunto em decorrência da disponibilidade de dados. Os indicadores de vulnerabilidade econômica externa, nas dimensões comercial, monetário-financeira, produtiva-real e tecnológica, são os seguintes.

- Dimensão comercial (5 indicadores): Exportação de bens e serviços / PIB; crescimento real do comércio (exp. + imp.) de bens e serviços – crescimento do PIB real; índice de concentração das exportações; reservas internacionais líq. [excl. recursos do FMI] / Importação de bens e serviços; e, taxa de crescimento de longo prazo do valor das exportações de bens.
- Dimensão produtivo-real (6 indicadores): estoque de IED / PIB; estoque de IED / exportação de bens e serviços; estoque de IED em serviços / estoque de IED total; gastos com pesquisa e desenvolvimento tecnológico / PIB; exportação de produtos intensivos em tecnologia / exportação de manufaturados; e, pagamento de tecnologia / gastos com P&D.
- Dimensão monetário-financeira (5 indicadores): dívida externa total / exportação de bens e serviços; dívida com FMI / dívida externa total; renda líquida / exportação de bens e serviços; serviço da dívida pública e garantida pelo setor público / exportação de bens e serviços; e, ajuda externa / importação de bens e serviços.

O Quadro 1 apresenta as hipóteses de comportamento de cada um dos indicadores. Por exemplo, o índice de Herfindahl-Hirschmann mostra o grau de concentração das exportações, sendo calculado para o nível de 3 dígitos do SITC (239 grupos de produtos). Esse índice varia de 0 a 1, e quanto mais elevado esse índice, maior tende a ser a vulnerabilidade externa do país frente a oscilações de preço e quantidade no sistema mundial de comércio. Outro exemplo, a reservas internacionais líq. (exclusive recursos do FMI) / Importação de bens e serviços não tem limite superior, e quanto maior essa relação menor é a vulnerabilidade externa do país em questão.

A vantagem específica desse novo índice de vulnerabilidade externa (IVE) está na possibilidade de discriminar e quantificar as distintas dimensões das relações econômicas internacionais. E, portanto, esse índice quantifica o grau de

vulnerabilidade externa de cada país em cada uma das dimensões das relações econômicas internacionais.

O Índice de poder efetivo (IPE) é igual a 100 menos o índice de vulnerabilidade externa. Ou seja,

$$IPE = 100 - IVE$$

O IPE pode, então, ser entendido como a probabilidade de um país exercer efetivamente sua própria vontade no cenário internacional, considerando sua situação de vulnerabilidade econômica externa.

O Índice de Hiato de Poder (IHP), por seu turno, é definido como:

$$IHP = \left(\frac{IPP}{IPE} - 1 \right) \times 100$$

Valores positivos do IHP indicam que o país tem um poder efetivo inferior ao seu poder potencial. E, quanto mais elevado for o poder potencial e menor o poder efetivo, mais elevado é o hiato de poder do país em questão.

A base de dados inclui informações provenientes de duas fontes, o Banco Mundial e a Conferência das Nações Unidas para Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD). A base de dados do Banco Mundial compõe-se de 152 países. Com essa base é calculado o Índice de Poder Potencial, mas devido à falta de dados completos foram excluídos 13 países. Para o cálculo do Índice de Vulnerabilidade Externa é necessário excluir um outro conjunto de 26 países. Nesse último caso são excluídos os países que não dispõem de pelo menos 3 indicadores em cada uma das dimensões de vulnerabilidade externa analisadas. A amostra final consta, então, de 113 países e cada um desses países tem pelo menos 9 indicadores. No Quadro 2 estão explicitadas as fontes de dados de todos os indicadores.

Ainda como questão metodológica, cabe destacar que o índice normalizado usado nesse estudo é muito sensível aos valores máximo e mínimo de cada indicador. Portanto, deve-se ter cautela com os "outliers". Para se resolver esse problema foi necessário definir um critério para se encontrar os valores máximo e mínimo de cada indicador. Após inspeção visual dos dados, decidiu-se desprezar os três maiores e os três menores valores de cada variável para se encontrar os valores máximo e mínimo.

4. Análise empírica

As estatísticas descritivas dos índices são apresentadas na Tabela 1. Esses dados referem-se à amostra de 113 países.

A Tabela 2 mostra as variáveis usadas no cálculo do Índice de Poder Potencial (IPP) para os 113 países da nossa amostra principal e para mais outros 26 países que não estão na amostra principal usada para o cálculo de todos os indicadores. Os 139 países são classificados em ordem decrescente do valor do IPP.

Os dados confirmam a percepção geral, ou seja, há um conjunto de 5 países que têm uma extraordinária base de recursos territoriais, humanos e

econômicos. Em ordem decrescente do IPP, esses países são: China, Estados Unidos, Índia, Federação Russa e Brasil. Na segunda bateria dos 5 países com maior IPP encontramos dois países asiáticos (Indonésia e Japão), dois da América do Norte (Canadá e México) e um da Europa Ocidental (Alemanha). A percepção acerca da especificidade do Golias-Brasil é, então, confirmada pelo IPP, que coloca o Brasil como o país com o 5º maior poder potencial do mundo, com o IPP igual a 80,8.

A Tabela 3 apresenta os índices de vulnerabilidade econômica externa nas dimensões comercial, produtiva-tecnológica e monetário-financeira, bem como a média desses índices, que é o nosso índice final de vulnerabilidade externa (IVE). Vale repetir, a amostra inclui 113 países. Segundo os dados, o Brasil tem IVE igual a 49,1, que é o 17º maior IVE da mundo (juntamente com a Argentina). O IVE do Brasil é significativamente maior do que a média e a mediana mundial que são de 39,9 e 39,7, respectivamente..

Dentre os países de maior vulnerabilidade externa, encontram-se países em desenvolvimento da África (Zâmbia, Burundi e Ruanda) e da América Latina (Nicarágua, Equador e Uruguai). Dentre os países com elevado IVE, além do Brasil, o destaque fica com a Argentina, cujo IVE é igual ao do Brasil. No conjunto dos países desenvolvidos, os maiores índices de vulnerabilidade econômica externa são da Irlanda e da Bélgica; países que ocupam a 33ª e 62ª posições, respectivamente. Todos os países mencionados acima têm IVEs superiores à média mundial. Os cinco países com menor vulnerabilidade econômica externa são: Japão, Israel, Índia e Estados Unidos.

O índices de vulnerabilidade externa nas distintas dimensões das relações econômicas internacionais permitem a hierarquização das fontes de fragilidades dos países. No caso do Brasil, na dimensão comercial o IVCO é de 38,1, na dimensão produtivo-real o IVPT é de 51,4 e na dimensão monetário-financeira o IVMF é de 57,7. Somente o IVCO do Brasil está abaixo da média e da mediana dos países da amostra.

No que se refere ao IVCO, o Brasil tem o 74º maior índice. Ou seja, o Brasil apresenta uma vulnerabilidade externa relativamente baixa na dimensão comercial. O IVCO do Brasil é 38,1, enquanto a média mundial desse índice é 43,4 e a mediana é 42,4. Esse resultado expressa, em certa medida, o fato do Brasil ser uma economia de porte continental, na qual o comércio exterior tende a ter uma importância relativamente pequena. Ademais, o Brasil é um *global trader* com uma diversificação tanto de mercados quanto de produtos. Essa última é expressa por um dos indicadores usados no cálculo do IVCO (o índice de Herfindahl-Hirschmann).

Quando passamos para a vulnerabilidade externa na dimensão produtivo-real, a situação do Brasil piora, pois o país sobe para a 49ª posição. O IVPT do Brasil (51,4) é maior que a média (48,8) e a mediana (49,7) desse indicador para o conjunto dos países da amostra. Isso reflete, em grande medida, o fato de que as empresas transnacionais têm uma forte presença na economia brasileira. Essa situação se agravou nos últimos anos com a entrada dessas empresas nos setores *non-tradeables* via processo de privatização. Esse indicador expressa, ainda, a fragilidade do sistema nacional de inovações. De fato, o Brasil tem tido historicamente uma das economias mais abertas (e vulneráveis) do mundo na dimensão produtivo-tecnológica.

A situação de vulnerabilidade externa do Brasil é particularmente elevada na dimensão monetário-financeira. O IVMF do Brasil de 57,7 é o 18º maior do

mundo, mais do que o dobro da média (27,4) e da mediana (22,9) para os países da amostra. A questão central aqui reside na dívida externa e nos processos de ajuste que recorrentemente apoiam-se em recursos do FMI.

Passemos agora à análise dos outros índices. Na Tabela 4 os 113 países da amostra são classificados na ordem decrescente dos índices (IPP, IVE, IPE e IHP).

O Índice de Poder Efetivo (IPE) é o "outro lado da moeda" do Índice de Vulnerabilidade Externa e, portanto, pouco há para acrescentar ao que já foi destacado acima. No entanto, vale mencionar que o IPE do Brasil é extraordinariamente elevado, sendo que o país ocupa a 96^a posição, conforme mostra a Tabela 4.

Cabe, ainda, mencionar que no conjunto dos 10 maiores IPEs encontramos quatro dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU (China, Estados Unidos, França e Reino Unido e Rússia). Somente a Federação Russa, que tem o 23^o. maior IPE, não está no "top 10" do IPE. No conjunto dos países em desenvolvimento, o destaque fica por conta da Índia, que tem o 3^o mais elevado IPE.

Quanto ao Índice de Hiato de Poder (IHP), os dados da Tabela 4 mostram que o Brasil é o país com o maior IHP. Os países com menor IHP tendem a ser aqueles que têm uma pequena base de recursos humanos, territoriais e econômicos. Por outro lado, os países que têm os maiores IHPs tendem a ser aqueles que têm grandes bases de poder (China, Federação Russa, Estados Unidos, Paquistão e Indonésia) ou, então, que têm elevada vulnerabilidade externa (Zâmbia, Sudão e Turquia) ou, então, que têm, ao mesmo tempo, uma elevada base de poder e uma grande vulnerabilidade externa (Brasil e Argentina). O fato a destacar é que o Brasil é o país com o IHP mais elevado da nossa amostra. Esse índice, vale repetir, é a diferença entre o poder potencial e o poder efetivo.

5. Resultados e implicações

A evidência empírica trazida pelos novos indicadores analisados nesse texto apoiam as três hipóteses levantadas inicialmente. Em primeiro lugar, o IPP mostra, inequivocamente, que o Brasil tem um grande poder potencial, pois o país está entre os cinco países com maior IPP do mundo, juntamente com China, Estados Unidos, Índia e Federação Russa. Confirma-se, assim, a percepção geral a respeito do extraordinário poder potencial do Brasil.

Em segundo lugar, o Brasil tem uma enorme vulnerabilidade econômica externa, ou seja, um reduzido poder efetivo. O IVE coloca o Brasil como o 17^o país com maior vulnerabilidade econômica externa. Essa vulnerabilidade é menos acentuada na dimensão comercial, mas é elevada na dimensão produtivo-tecnológica e, principalmente, muito alta na dimensão monetário-financeira.

Em terceiro lugar, o Brasil se defronta com um elevado "hiato de poder", ou seja, uma grande diferença entre o poder potencial e o poder efetivo. Isso resulta tanto do elevado poder potencial quanto do reduzido poder efetivo (alta vulnerabilidade externa).

Que implicações podemos tirar desses resultados empíricos?

Na realidade, no lugar da atual retórica da política externa brasileira, deveria se colocar o foco da estratégia e da política na redução efetiva da vulnerabilidade econômica externa do país. A análise empírica apresentada nesse texto mostra que a ênfase deveria ser a redução da vulnerabilidade externa nas

dimensões monetário-financeira e produtiva-tecnológica. E, isso passa, fundamentalmente por política domésticas.

Do ponto de vista operacional, no que se refere à redução da vulnerabilidade monetário-financeira, vale destacar as propostas de auditoria da dívida externa, como a primeira fase de um processo de mais longo prazo de renegociação da dívida externa (Carneiro, org., 2003). Aqui, pode-se mencionar, ainda, a introdução de controles sobre fluxos internacionais de capitais, ou seja, barreiras na entrada e na saída. Quanto à redução da vulnerabilidade produtivo-tecnológica, pode-se destacar a criação de uma agência reguladora do capital estrangeiro, que colocaria critérios de desempenho para as empresas transnacionais atuando no país (Gonçalves, 2000), bem como a rejeição do programa Parceria Público-Privada, que agrava tanto a vulnerabilidade nessa dimensão, quanto na dimensão monetário-financeira. E, na dimensão comercial caberia medidas orientadas para a reversão da perda de competitividade internacional do Brasil nos produtos manufaturados. Ademais, é necessário a reversão do processo de reprimarização das exportações, que é caracterizado pela crescente participação dos produtos agrícolas nas exportações do país (Gonçalves, 2004). Trata-se da reversão do atual processo de inserção regressiva do país no sistema mundial de comércio.

Referências bibliográficas

- Attac. *Brasil: Inferno e Paraíso Fiscal*, Brasília: Attac Brasil, Unafisco Sindical, 2003.
- Banco Mundial, *World Development Indicators 2004*, Banco Mundial: Washington DC, 2004.
- Carneiro, Maria Lúcia F. (org.). *Auditoria da dívida externa: Questão de Soberania*. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto, 2003.
- Deutsch, Karl. *The Analysis of International Relations*. Nova Jersey: Prentice-Hall, Inc., 1968.
- Eichengreen, Barry. *Crises Financeiras. Análise, Prevenção e Gestão*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2003.
- Gonçalves, Reinaldo. “Centralização do capital em escala global e desnacionalização da economia brasileira”, em Veiga (org.), 2000, p. 79-98.
- Gonçalves, Reinaldo. *Economia Política Internacional*. Rio de Janeiro: Ed. Elsevier/Campus, 2005.
- Gonçalves, Reinaldo. *Comércio e Investimento Externo. Aprofundando um Modelo Insustentável*, Rio de Janeiro: Fase, 2004.
- Gonçalves, Reinaldo. *O Nó Econômico*. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- Jones, R. J. B. *Globalisation and interdependence. Rhetoric and reality*. Londres: Pinter Publishers, 1995.
- Lima Barreto, Afonso Henriques de. *Triste Fim de Policarpo Quaresma*. São Paulo: Brasiliense, 1976 (1915).
- Ramonet, Ignacy. *Geopolítica do Caos*. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1998.
- Seitenfus, Ricardo. *Relações Internacionais*. São Paulo: Manole, 2004.
- Torres, Antônio. *O Nobre Seqüestrador*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2003.
- UNCTAD, *Statistical Yearbook 2003*. Genebra: United Nations Conference on Trade and Development, 2003.
- UNCTAD, *World Investment Report 2004*. Genebra: United Nations Conference on Trade and Development, 2004.
- Veiga, Pedro Motta. (org.). *O Brasil e os Desafios da Globalização*, Rio de Janeiro, Ed. Relume Dumará, SOBEET, 2000.
- Weber, Max. *The Theory of Social and Economic Organization*. Nova Uork: The Free Press, 1964 (1922).

Quadro 1

Indicadores de vulnerabilidade externa e hipóteses de comportamento

A seguir listam-se as hipóteses de maior ou menor vulnerabilidade externa associada ao comportamento dos indicadores.

Dimensão comercial

Exportação de bens e serviços / PIB

Esse coeficiente expressa o grau total de abertura comercial. Ele expressa o impacto do comércio exterior como fonte de expansão da demanda agregada. Quanto mais elevado, maior é o impacto da transmissão internacional dos ciclos econômicos sobre um determinado país e, portanto, maior a vulnerabilidade externa.

Crescimento real do comércio (exp. + imp.) de bens e serviços – Crescimento do PIB real

Mostra o grau de integração na economia mundial numa perspectiva dinâmica. Quanto mais integrado ao sistema econômico internacional, maior a dependência vis-à-vis a esse sistema e, portanto, maior a vulnerabilidade externa.

Índice de concentração das exportações

O índice de Herfindahl-Hirschmann mostra o grau de concentração das exportações calculado para o nível de 3 dígitos do SITC (239 grupos de produtos). Varia de 0 a 1. Quanto mais elevado esse índice, maior tende a ser a vulnerabilidade externa do país frente a oscilações de preço e quantidade no sistema mundial de comércio.

Reservas internacionais líquidas [excluindo os recursos do FMI] / Importação de bens e serviços

É um indicador tradicional do grau de proteção da atividade econômica interna frente a mudanças na conjuntura internacional.

Taxa de crescimento de longo prazo do valor das exportações de bens (1990-2001)

Expressa a competitividade internacional numa perspectiva dinâmica. A maior competitividade internacional reduz a vulnerabilidade externa no contexto de maior contestabilidade do mercado mundial. Quanto esse indicador, menor é a vulnerabilidade externa.

Dimensão produtivo-tecnológica

Estoque de IED / PIB

É a importância do valor do estoque do investimento externo direto (IED) no país. Pode ser visto como uma *proxy* para o grau de desnacionalização econômica, ou seja, do controle do aparelho produtivo pelos não-residentes. Tendo em vista as inúmeras fontes de poder interno e externo das empresas transnacionais, quanto mais elevado esse grau, menor é a capacidade do país de resistir a pressões externas e, portanto, maior é a vulnerabilidade externa.

Estoque de IED / Exportação de bens e serviços

Considerando a existência de uma relação relativamente estável entre remessas de lucros e estoque de investimento, esse indicador mostra o comprometimento da receita de comércio exterior com o capital produtivo externo. O valor do estoque de IED no país envolve o comprometimento perpétuo de remessa de lucros. Quanto mais elevado esse indicador, maior é a vulnerabilidade externa.

Estoque do IED em serviços como proporção do estoque total de IED

A maior importância relativa dos setores de *non-tradeables* coloca o problema da necessidade de geração perpétua de divisas correspondente ao serviço (remessa de lucros) de empresas estrangeiras que têm receitas em moeda nacional. Essa parte do passivo externo (IED em serviços) impõe rigidez nas cotas externas do país.

Gastos com P&D como proporção do PIB

Indicador do esforço de desenvolvimento do sistema nacional de inovações. Quanto mais forte esse sistema, maior a capacidade do país de desenvolver e adaptar tecnologias, bem como ajustar-se a rupturas do paradigma tecnológica.

Pagamento de tecnologia / Gastos com P&D

O pagamento de tecnologia refere-se às compras de tecnologia no exterior. Esses pagamentos referem-se às despesas com *royalties* e taxas de licenciamento. Segundo os especialistas, a razão em questão pode ser vista como um indicador da capacidade de absorção da tecnologia proveniente do exterior (Hasenclever*). Quanto mais baixo esse indicador, maior é essa capacidade que, por seu turno, pode ser entendida como uma indicação da força do sistema nacional de inovações. Quanto maior essa força, mais elevada é a capacidade do país de resistência a mudanças no mundo da técnica e, portanto, menor é a vulnerabilidade tecnológica externa.

Exportação de produtos intensivos em tecnologia / Exportação de manufaturados

Mostra a influência da tecnologia no padrão de comércio. Quanto mais elevado, maior é o conteúdo tecnológico e, portanto, maior é o valor agregado e o dinamismo das exportações. Indicadores crescentes implicam em menor vulnerabilidade externa.

Dimensão monetário-financeira

Dívida externa total / Exportação de bens e serviços

Indicador tradicional do desequilíbrio de estoque causado pelo endividamento externo. Quanto mais elevado, maior a vulnerabilidade externa.

Dívida com FMI / Dívida externa total

O FMI é um instrumento de política econômica externa dos EUA, mais especificamente, do Tesouro desse país. A maior dependência dos recursos do FMI reduz a capacidade do país de resistir às pressões do sistema financeiro internacional e do governo estadunidense.

Renda líquida / Exportação de bens e serviços

Expressa a absorção da receita de exportação pelo serviço do passivo externo (juros + lucros). Quanto mais elevado, maior a vulnerabilidade externa, pois há menos divisas externas disponíveis para importação e pagamento de dívida externa.

Serviço da dívida pública e garantida pelo setor público / Exportação de bens e serviços

Mostra o comprometimento das receitas de comércio exterior com a dívida externa via pagamento de juros. É um indicador tradicional de vulnerabilidade financeira externa.

Ajuda externa / Importação de bens e serviços

Indicador tradicional da dependência com relação à ajuda externa. Quanto mais elevado esse indicador, maior é a capacidade de pressão dos países doadores e, portanto, maior é a vulnerabilidade do país receptor da ajuda bilateral.

Quadro 2		
Indicadores de vulnerabilidade externa: Definições e fontes, 2002		
Dimensão comercial	Fórmula	Fonte
Exportação de bens e serviços / PIB	X_{Bes} / Y	BM-WDI (2004), p. 238-240; p. 186-188
Crescimento real do comércio (exp. + imp.) de bens e serviços – Crescimento do PIB real	$\Delta\%(X_{\text{Bes}} + M_{\text{Bes}}) - \Delta\%\text{PIB}$	BM-WDI (2004), p. 306-308
Índice de concentração das exportações	HH (Herfindahl-Hirschmann)	UNCTAD-SY (2003), p. 389-391
Reservas internacionais líq. [excl. recursos do FMI] / Importação de bens e serviços	$\text{RIL} / M_{\text{Bes}}$	BM-WDI (2004), p. 238-240; p. 242-244; p. 238-240
Taxa de crescimento de longo prazo do valor das exportações de bens (1990-2001)	$\Delta\%(X_{\text{B}}) / X_{\text{B}}$	BM-WDI (2004), p. 194-196
Dimensão produtivo-real		
Estoque de IED / PIB	ESTIED / Y	UNCTAD-WIR (2004), p. 376-28; UNCTAD-WIR (2003), p. 278-288; BM-WDI (2004), p. 186-188
Estoque de IED / Exportação de bens e serviços	$\text{ESTIED} / X_{\text{Bes}}$	UNCTAD-WIR (2004), p. 376-28; UNCTAD-WIR (2003), p. 278-288; BM-WDI (2004), p. 238-240
Estoque de IED em serviços / Estoque de IED total	$\text{INGIED} / \text{RIL}$	UNCTAD-WIR (2004), p. 307-308
Gastos com pesquisa e desenvolvimento tecnológico / PIB	$\text{GP\&D} / \text{PIB}$	BM-WDI (2004), p. 298-300
Exportação de produtos intensivos em tecnologia / Exportação de manufaturados	$X_{\text{Intec}} / X_{\text{Manuf}}$	BM-WDI (2004), p. 298-300
Pagamento de tecnologia / Gastos com P&D	$\text{PGTEC} / \text{GP\&D}$	BM-WDI (2004), p. 298-300; p. 186-188
Dimensão monetário-financeira		
Dívida externa total / Exportação de bens e serviços	$\text{DET} / X_{\text{Bes}}$	BM-WDI (2004), p. 242-244; p. 238-240
Dívida com FMI / Dívida externa total	$\text{DIVFMI} / \text{DET}$	BM-WDI (2004), p. 244-246
Renda líquida / Exportação de bens e serviços	$\text{RL} / X_{\text{Bes}}$	BM-WDI (2004), p. 240-242
Serviço da dívida pública e garantida pelo setor público / Exportação de bens e serviços	$\text{SERVDP} / X_{\text{Bes}}$	BM-WDI (2004), p. 240-242
Ajuda externa / Importação de bens e serviços	$\text{AE} / M_{\text{Bes}}$	BM-WDI (2004), p. p. 334-336.
Fontes e notas: BM-WDI, Banco Mundial, <i>World Development Indicators</i> . UNCTAD-SY, United Nations Conference on Trade and Development, <i>Statistical Yearbook</i> . UNCTAD-WIR, United Nations Conference on Trade and Development, <i>World Investment Report</i> .		

Tabela 1

Índices: Estatísticas descritivas

Índice	Média	Mediana	Desvio padrão	Máximo	Mínimo
Índice de Poder Potencial (IPP)	46,5	43,9	16,7	95,9	11,6
Índice de Vulnerabilidade Externa (IVE)	39,9	39,7	9,9	69,7	18,1
Dimensão comercial (ICO)	43,4	42,4	11,9	84,4	15,8
Dimensão produtivo-tecnológica (IVPT)	48,8	49,7	14,0	91,1	14,2
Dimensão monetário-financeira (IVMF)	27,4	22,9	17,1	81,3	0
Índice de Poder Efetivo (IPE)	60,1	60,3	9,9	81,9	30,3
Índice de Hiato de Poder (IHP)	-22,2	-25,0	25,2	58,7	-81,2

Fonte e notas: Elaboração própria. Ver texto e Quadro 2.

Tabela 2

População, Área, Produto Nacional Bruto e Índice de Poder Potencial: Países classificados pelo Índice de Poder Potencial

País	População (milhões)	Área (mil km2)	Produto Nacional Bruto (PPP, US\$ bilhões)	Índice de Poder Potencial (IP)
1. China	1280	9598	5792	95,9
2. Estados Unidos	288	9629	10414	91,1
3. Índia	1049	3287	2778	88,7
4. Russa, Fed.	144	17075	1165	81,9
5. Brasil	174	8547	1300	80,8
6. Indonésia	212	1905	650	74,1
7. Japão	127	378	3481	72,3
8. Canadá	31	9971	907	72,0
9. México	101	1958	887	71,9
10. Alemanha	82	357	2226	68,4
11. Austrália	20	7741	539	67,2
12. França	59	552	1609	67,2
13. Irã, Rep. Islâmica	66	1648	438	66,8
14. Paquistão	145	796	284	66,4
15. Argentina	36	2780	387	65,3
16. Itália	58	301	1510	64,8
17. Turquia	70	775	438	64,5
18. Reino Unido	59	243	1574	64,3
19. África do Sul	45	1221	445	64,0
20. Egito, Rep. Árabe	66	1001	253	63,1
21. Espanha	41	506	868	63,0
22. Nigéria	133	924	106	62,9
23. Tailândia	62	513	425	62,4
24. Colômbia	44	1139	269	61,9
25. Argélia	31	2382	173	61,2
26. Filipinas	80	300	356	61,1
27. Arábia Saudita	22	2150	277	60,9
28. Ucrânia	49	604	234	59,7
29. Bangladesh	136	144	241	59,7
30. Vietnã	80	332	185	59,1
31. Polônia	39	313	404	58,3
32. Coreia, Rep.	48	99	808	57,9
33. Etiópia	67	1104	52	57,8
34. Sudão	33	2506	57	57,6
35. Congo, Rep. Dem.	52	2345	32	57,4
36. Peru	27	1285	130	57,4
37. Venezuela, RB	25	912	131	55,9
38. Casaquistão	15	2725	84	55,6
39. Malásia	24	330	207	53,9
40. Marrocos	30	447	111	53,7
41. Chile	16	757	147	53,6
42. Romênia	22	238	145	51,1
43. Tanzânia	35	945	20	50,8
44. Suécia	9	450	230	50,7
45. Quênia	31	580	32	50,3
46. Usbequistão	25	447	41	49,3
47. Angola	13	1247	24	47,8
48. Holanda	16	42	458	47,8
49. Grécia	11	132	200	47,0
50. Moçambique	18	802	18	46,8
51. Uganda	25	241	33	46,4
52. Camarões	16	475	30	46,3
53. Gana	20	239	42	46,2
54. Síria, Rep. Árabe	17	185	59	45,7
55. Noruega	5	324	166	45,7
56. Bolívia	9	1099	21	45,2
57. Finlândia	5	338	136	45,1
58. Portugal	10	92	181	44,9
59. Iêmen, Rep.	19	528	15	44,9
60. Equador	13	284	43	44,8
61. Áustria	8	84	233	44,5
62. Nepal	24	147	33	44,5
63. Costa do Marfim	17	322	24	44,4
64. Zimbábue	13	391	28	44,4
65. Hungria	10	93	133	43,9
66. Mali	11	1240	10	43,8
67. Checa, Rep.	10	79	152	43,8
68. Madagascar	16	587	12	43,7
69. Níger	11	1267	9	43,5
70. Belarus	10	208	55	43,4
71. Sri Lanka	19	66	67	43,2
72. Tunísia	10	164	63	43,1
73. Bélgica	10	31	291	42,9
74. Chade	8	1284	8	41,7
75. Guatemala	12	109	48	41,6
76. Nova Zelândia	4	271	81	41,5
77. Suíça	7	41	232	41,4
78. Camboja	12	181	25	41,0
79. Zâmbia	10	753	8	40,9
80. Paraguai	6	407	25	40,5
81. Bulgária	8	111	56	40,3
82. Burkina Fasso	12	274	13	40,0
83. Turcomenistão	5	488	23	40,0
84. Dinamarca	5	43	164	38,7
85. Senegal	10	197	15	38,6
86. Guiné	8	246	16	38,5
87. Irlanda	4	70	116	38,1
88. Dominicana, Rep.	9	49	54	37,9
89. Papua Nova Guiné	5	463	12	37,4
90. Oman	3	310	33	37,3
91. Israel	7	21	125	36,9
92. Azerbaijão	8	87	25	36,6
93. Eslováquia, Rep.	5	49	68	36,0

94.	Emirados Árabes Unidos	3	84	77	35,9
95.	Namíbia	2	824	14	35,7
96.	Honduras	7	112	17	35,4
97.	Laos PDR	6	237	9	35,0
98.	Mauritânia	3	1026	5	34,6
99.	Uruguai	3	176	26	34,5
100.	Botsuana	2	582	13	34,2
101.	Croácia	4	57	45	34,0
102.	Jordânia	5	89	22	34,0
103.	Malauí	11	118	6	33,9
104.	Centro-Africana, Rep.	4	623	4	33,5
105.	Nicarágua	5	130	13	33,4
106.	Mongólia	2	1567	4	33,4
107.	Quirguízia, Rep.	5	200	8	33,1
108.	Costa Rica	4	51	34	32,6
109.	Benin	7	113	7	32,2
110.	Lituânia	3	65	35	32,2
111.	Tajiquistão	6	143	6	31,8
112.	El Salvador	6	21	31	31,1
113.	Geórgia	5	70	12	31,0
114.	Congo, Rep.	4	342	3	30,4
115.	Panamá	3	76	18	30,3
116.	Haiti	8	28	13	30,3
117.	Ruanda	8	26	10	29,1
118.	Letônia	2	65	21	28,5
119.	Togo	5	57	7	28,3
120.	Eritrêia	4	118	4	27,8
121.	Albânia	3	29	16	26,6
122.	Kuwait	2	18	41	26,5
123.	Eslovênia	2	20	36	26,4
124.	Gabão	1	288	7	26,1
125.	Serra Leoa	5	72	3	26,1
126.	Moldávia	4	34	7	25,5
127.	Burundi	7	28	4	25,5
128.	Libano	4	10	20	25,1
129.	Armênia	3	30	10	25,0
130.	Macedônia, FYR	2	26	13	23,6
131.	Cingapura	4	1	99	23,0
132.	Estônia	1	45	16	23,0
133.	Jamaica	3	11	10	21,6
134.	Lesoto	2	30	5	20,7
135.	Suazilândia	1	17	5	15,5
136.	Trinidad e Tobago	1	5	12	14,5
137.	Guiné-Bissau	1	36	1	12,3
138.	Maurício	1	2	13	11,6
139.	Gâmbia	1	11	2	10,7

Fonte e notas:

Elaboração do autor com base em Banco Mundial (2004), tabela 1.1, p. 14-16. Dados para 2002.

Devido a falta de dados completos foram excluídos 13 países: Afeganistão, Bósnia-Herzegovina, Hong Kong (China), Cuba, Iraque, Coreia (Rep. Dem.), Libéria, Líbia, Mianma, Porto Rico, Sérvia e Montenegro, Somália, e West Bank e Gaza.

A metodologia usada no cálculo do IPP é apresentada no texto.

Tabela 3

Vulnerabilidade Externa: Dimensões Comercial, Produtiva-tecnológica e Monetário-Financeira, Países em ordem decrescente dos índices

Países	Comercial (IVCO)	Países	Produtivo-tecnológica (IVPT)	Países	Monetário-financeira (IVMF)
1. Azerbaijão	84,4	1. Nicarágua	91,1	1. Burundi	81,3
2. Moldávia	72,6	2. Trinidad e Tobago	77,4	2. Zâmbia	71,8
3. Camboja	71,1	3. Chile	74,4	3. Ruanda	70,5
4. Arábia Saudita	69,6	4. Azerbaijão	73,0	4. Burkina Fasso	67,5
5. Mongólia	66,5	5. Zâmbia	70,8	5. Sudão	58,9
6. Zâmbia	66,4	6. Uganda	70,5	6. Uruguai	58,5
7. Gabão	65,3	7. Ruanda	69,7	7. Brasil	57,7
8. Bulgária	62,7	8. Bolívia	69,5	8. Uganda	56,8
9. Burundi	62,6	9. El Salvador	69,4	9. Nicarágua	56,7
10. Papua Nova Guiné	61,5	10. Armênia	69,3	10. Argentina	53,5
11. Ucrânia	60,3	11. Dominicana, Rep.	68,5	11. Etiópia	53,3
12. Geórgia	60,1	12. Panamá	67,7	12. Moçambique	51,1
13. Suazilândia	58,9	13. Moçambique	67,1	13. Madagascar	51,0
14. Síria, Rep. Árabe	58,6	14. Equador	65,4	14. Malauí	50,4
15. Guiné	58,5	15. Peru	65,3	15. Turquia	49,8
16. Estônia	57,4	16. Jamaica	65,2	16. Tanzânia	48,8
17. Dominicana, Rep.	53,4	17. Irlanda	65,0	17. Laos PDR	48,5
18. Malauí	53,2	18. Togo	63,4	18. Paquistão	46,7
19. Irã, Rep. Islâmica	53,2	19. Egito, Rep. Árabe	62,6	19. Peru	46,5
20. Gana	52,2	20. Macedônia, FYR	61,8	20. Colômbia	45,9
21. Lituânia	51,7	21. Estônia	60,8	21. Bolívia	45,2
22. Irlanda	51,4	22. Nigéria	60,7	22. Quirguízia, Rep.	44,6
23. Eslováquia, Rep.	49,9	23. Bélgica	58,7	23. Equador	42,2
24. Ruanda	49,8	24. Paraguai	58,1	24. Azerbaijão	42,1
25. Macedônia, FYR	49,8	25. Benin	57,9	25. Geórgia	41,9
26. Maurício	49,5	26. Nova Zelândia	57,9	26. Líbano	41,8
27. Hungria	49,5	27. Marrocos	57,7	27. Senegal	41,3
28. Bélgica	49,4	28. Senegal	57,3	28. Guiné	40,7
29. Oman	49,1	29. Madagascar	56,8	29. Papua Nova Guiné	37,5
30. Armênia	48,8	30. Quirguízia, Rep.	56,6	30. Jamaica	37,0
31. Equador	48,7	31. Letônia	56,5	31. Armênia	36,9
32. Costa do Marfim	48,7	32. Colômbia	56,4	32. Costa do Marfim	36,6
33. Uruguai	48,4	33. Espanha	56,3	33. Benin	36,5
34. África do Sul	48,2	34. Sri Lanka	55,7	34. Gana	34,9
35. Jamaica	48,0	35. Burundi	54,9	35. Indonésia	33,6
36. Checa, Rep.	47,9	36. Casaquistão	54,8	36. Gabão	31,7
37. Paraguai	47,8	37. Guatemala	54,6	37. Marrocos	30,9
38. Croácia	47,7	38. Tunísia	54,5	38. Nepal	30,7
39. Nigéria	47,4	39. Tailândia	53,3	39. Ucrânia	30,7
40. Noruega	47,3	40. Albânia	53,3	40. Bulgária	29,9
41. Venezuela, RB	46,0	41. Dinamarca	53,0	41. Honduras	29,3
42. Suíça	46,0	42. Suíça	52,8	42. Venezuela, RB	28,6
43. Argentina	45,9	43. Suazilândia	52,6	43. Togo	27,4
44. Letônia	45,9	44. Honduras	52,6	44. Mongólia	27,4
45. Holanda	45,4	45. Portugal	52,6	45. Macedônia, FYR	27,2
46. Quirguízia, Rep.	45,3	46. Bulgária	52,3	46. Jordânia	27,1
47. Malásia	45,3	47. Polônia	52,1	47. Tunísia	26,7
48. Quênia	44,7	48. Maurício	51,9	48. Moldávia	26,5
49. Sudão	44,2	49. Brasil	51,4	49. Quênia	25,9
50. Turquia	44,0	50. Síria, Rep. Árabe	51,2	50. Bangladesh	25,5
51. Panamá	44,0	51. Sudão	51,1	51. Sri Lanka	24,9
52. Senegal	43,7	52. Paquistão	51,1	52. Nigéria	24,8
53. Trinidad e Tobago	43,3	53. Costa do Marfim	50,7	53. Camboja	24,3
54. Romênia	42,8	54. Moldávia	50,5	54. Russa, Fed.	23,7
55. Tunísia	42,7	55. África do Sul	50,5	55. Croácia	23,2
56. Áustria	42,5	56. Lituânia	49,7	56. Panamá	23,0
57. Finlândia	42,4	57. Holanda	49,7	57. Chile	22,9
58. Suécia	42,3	58. Burkina Fasso	49,6	58. El Salvador	22,9
59. Botsuana	41,6	59. Tanzânia	49,6	59. Romênia	22,9
60. Dinamarca	41,5	60. Gana	48,2	60. Síria, Rep. Árabe	22,6
61. Benin	41,2	61. Eslováquia, Rep.	48,0	61. Dominicana, Rep.	22,2
62. Togo	41,2	62. Argentina	47,9	62. Egito, Rep. Árabe	22,1
63. Sri Lanka	40,7	63. Romênia	47,9	63. Guatemala	21,9
64. El Salvador	40,6	64. Malauí	47,8	64. Casaquistão	21,6
65. Alemanha	40,1	65. Checa, Rep.	47,6	65. Eslovênia	20,9
66. Polônia	39,9	66. Venezuela, RB	47,5	66. México	20,0
67. Coréia, Rep.	39,9	67. Malásia	47,5	67. Irlanda	19,4
68. Eslovênia	39,7	68. Hungria	47,3	68. Oman	19,3

69.	Filipinas	39,6	69.	Croácia	46,8	69.	Coréia, Rep.	18,8
70.	Moçambique	39,0	70.	Mongólia	46,7	70.	Lituânia	18,6
71.	Nova Zelândia	38,7	71.	Uruguai	46,4	71.	Costa Rica	18,6
72.	Bolívia	38,4	72.	México	46,4	72.	Trinidad e Tobago	18,3
73.	Tailândia	38,3	73.	Costa Rica	46,1	73.	Índia	18,3
74.	Brasil	38,1	74.	Austrália	45,1	74.	Albânia	18,0
75.	Grécia	38,0	75.	Papua Nova Guiné	43,9	75.	Polónia	17,2
76.	México	37,8	76.	Reino Unido	41,8	76.	Tailândia	16,8
77.	Honduras	37,7	77.	Libano	41,8	77.	África do Sul	16,8
78.	Nicarágua	37,6	78.	Turquia	41,2	78.	Belarus	16,6
79.	Russa, Fed.	37,5	79.	Camboja	41,1	79.	Filipinas	16,6
80.	Costa Rica	37,4	80.	Botsuana	41,0	80.	Nova Zelândia	16,5
81.	Canadá	37,2	81.	Laos PDR	41,0	81.	Checa, Rep.	15,9
82.	Espanha	36,7	82.	China	40,5	82.	Botsuana	15,5
83.	Madagascar	36,6	83.	Arábia Saudita	40,0	83.	Malásia	15,3
84.	Etiópia	36,6	84.	França	39,8	84.	Austrália	15,3
85.	Bangladesh	36,6	85.	Áustria	38,5	85.	Hungria	15,2
86.	Portugal	36,5	86.	Itália	38,4	86.	Letónia	14,9
87.	França	36,3	87.	Eslovênia	38,0	87.	Estónia	14,7
88.	Reino Unido	35,0	88.	Grécia	37,8	88.	Eslováquia, Rep.	14,5
89.	Belarus	34,6	89.	Nepal	37,8	89.	Paraguai	14,2
90.	Itália	34,4	90.	Guiné	37,4	90.	China	13,4
91.	Uganda	34,1	91.	Jordânia	37,2	91.	Maurício	13,2
92.	Albânia	33,8	92.	Ucrânia	36,8	92.	Israel	13,2
93.	Indonésia	33,8	93.	Geórgia	36,8	93.	Portugal	12,3
94.	Austrália	33,3	94.	Indonésia	36,2	94.	Irã, Rep. Islâmica	11,3
95.	Burkina Fasso	32,9	95.	Canadá	34,7	95.	Grécia	11,2
96.	Chile	32,9	96.	Alemanha	34,3	96.	Canadá	10,8
97.	Casaquistão	32,5	97.	Bangladesh	34,1	97.	Espanha	10,5
98.	Israel	32,3	98.	Russa, Fed.	33,7	98.	Itália	10,2
99.	Guatemala	32,2	99.	Belarus	32,6	99.	Dinamarca	9,5
100.	Laos PDR	31,6	100.	Suécia	31,9	100.	Áustria	8,7
101.	Tanzânia	31,3	101.	Estados Unidos	31,0	101.	Suécia	8,6
102.	Japão	31,3	102.	Índia	30,7	102.	Holanda	8,2
103.	Paquistão	30,6	103.	Noruega	30,3	103.	Finlândia	8,2
104.	Marrocos	30,5	104.	Oman	29,2	104.	Alemanha	8,1
105.	Jordânia	30,2	105.	Quênia	28,1	105.	Estados Unidos	7,9
106.	Colômbia	30,0	106.	Gabão	27,2	106.	Suazilândia	7,6
107.	Egito, Rep. Árabe	27,6	107.	Irã, Rep. Islâmica	25,9	107.	Arábia Saudita	7,6
108.	Estados Unidos	27,2	108.	Finlândia	25,9	108.	Noruega	7,3
109.	Peru	24,6	109.	Japão	22,9	109.	Bélgica	6,9
110.	China	19,2	110.	Israel	19,1	110.	França	5,9
111.	Nepal	16,6	111.	Etiópia	18,9	111.	Reino Unido	3,4
112.	Libano	16,2	112.	Filipinas	16,4	112.	Suíça	2,8
113.	Índia	15,8	113.	Coréia, Rep.	14,2	113.	Japão	0,0

Tabela 4

Poder Potencial, Vulnerabilidade Externa, Poder Efetivo e Hiato de Poder: Ordenação segundo o valor dos índices

	Poder potencial IPP	País	Vulnerabilidade externa IVE	País	Poder efetivo IPE	País	Hiato IH
China	95,9	1. Zâmbia	69,7	1. Japão	81,9	1. Brasil	58,9
Estados Unidos	91,1	2. Azerbaijão	66,5	2. Israel	78,5	2. Zâmbia	34,6
Índia	88,7	3. Burundi	66,2	3. Índia	78,4	3. Argentina	28,7
Rússia, Fed.	81,9	4. Ruanda	63,3	4. Estados Unidos	78,0	4. China	26,1
Brasil	80,8	5. Nicarágua	61,8	5. Filipinas	75,8	5. Rússia, Fed.	19,9
Indonésia	74,1	6. Uganda	53,8	6. Coreia, Rep.	75,7	6. Sudão	18,0
Japão	72,3	7. Moçambique	52,4	7. China	75,6	7. Turquia	17,0
Canadá	72,0	8. Equador	52,1	8. Finlândia	74,5	8. Estados Unidos	16,0
México	71,9	9. Armênia	51,7	9. Reino Unido	73,3	9. Paquistão	16,0
Alemanha	68,4	10. Sudão	51,4	10. França	72,7	10. Indonésia	13,0
Austrália	67,2	11. Uruguai	51,1	11. Alemanha	72,5	11. Índia	13,0
França	67,2	12. Bolívia	51,0	12. Canadá	72,4	12. Nigéria	12,0
Irã, Rep. Islâmica	66,8	13. Malauí	50,5	13. Suécia	72,4	13. Colômbia	10,0
Casaquistão	66,4	14. Jamaica	50,1	14. Itália	72,3	14. México	10,0
Argentina	65,3	15. Burkina Fasso	50,0	15. Belarus	72,1	15. Azerbaijão	9,0
Itália	64,8	16. Moldávia	49,8	16. Noruega	71,7	16. Peru	5,0
Turquia	64,5	17. Brasil	49,1	17. Nepal	71,6	17. África do Sul	4,0
Reino Unido	64,3	18. Argentina	49,1	18. Grécia	71,0	18. Ucrânia	4,0
África do Sul	64,0	19. Quirguízia, Rep.	48,9	19. Áustria	70,1	19. Egito, Rep. Árabe	0,0
Egito, Rep. Árabe	63,1	20. Bulgária	48,3	20. Irã, Rep. Islâmica	69,9	20. Uganda	0,0
Espanha	63,0	21. Madagascar	48,1	21. Austrália	68,8	21. Arábia Saudita	0,0
Uigéria	62,9	22. Dominicana, Rep.	48,0	22. Jordânia	68,5	22. Canadá	-0,0
Malásia	62,4	23. Papua Nova Guiné	47,6	23. Rússia, Fed.	68,4	23. Moçambique	-1,0
Colômbia	61,9	24. Senegal	47,5	24. Bangladesh	67,9	24. Tailândia	-2,0
Filipinas	61,1	25. Mongólia	46,9	25. Oman	67,5	25. Austrália	-2,0
Arábia Saudita	60,9	26. Trinidad e Tobago	46,4	26. Botswana	67,3	26. Espanha	-3,0
Ucrânia	59,7	27. Geórgia	46,3	27. Quênia	67,1	27. Irã, Rep. Islâmica	-4,0
Inglaterra	59,7	28. Macedônia, FYR	46,3	28. Eslovênia	67,1	28. Chile	-5,0
Polónia	58,3	29. Peru	45,5	29. Líbano	66,7	29. Alemanha	-5,0
Coreia, Rep.	57,9	30. Camboja	45,5	30. Portugal	66,2	30. Venezuela, RB	-5,0
Etiópia	57,8	31. Guiné	45,5	31. Suíça	66,1	31. Equador	-6,0
Sudão	57,6	32. Costa do Marfim	45,3	32. Costa Rica	66,0	32. França	-7,0
Peru	57,4	33. Irlanda	45,3	33. Holanda	65,6	33. Bolívia	-7,0
Venezuela, RB	55,9	34. Benin	45,2	34. Indonésia	65,5	34. Polónia	-8,0
Casaquistão	55,6	35. Gana	45,1	35. Espanha	65,5	35. Etiópia	-9,0
Malásia	53,9	36. Turquia	45,0	36. Dinamarca	65,4	36. Itália	-10,0
Marrocos	53,7	37. Panamá	44,9	37. México	65,3	37. Tanzânia	-10,0
Chile	53,6	38. Nigéria	44,3	38. Albânia	65,0	38. Marrocos	-10,0
Romênia	51,1	39. El Salvador	44,3	39. Malásia	64,0	39. Japão	-10,0
Burkina Fasso	50,8	40. Estônia	44,3	40. Tailândia	63,8	40. Bangladesh	-10,0
Suécia	50,7	41. Colômbia	44,1	41. Etiópia	63,8	41. Reino Unido	-10,0
Uênia	50,3	42. Síria, Rep. Árabe	44,1	42. Guatemala	63,8	42. Nicarágua	-10,0
Holanda	47,8	43. Togo	44,0	43. Casaquistão	63,7	43. Casaquistão	-10,0
Grécia	47,0	44. Chile	43,4	44. Polónia	63,6	44. Madagascar	-10,0
Moçambique	46,8	45. Tanzânia	43,2	45. Checa, Rep.	62,9	45. Malásia	-10,0
Uganda	46,4	46. Paquistão	42,8	46. Hungria	62,7	46. Gana	-10,0
Ucrânia	46,2	47. Ucrânia	42,6	47. Egito, Rep. Árabe	62,6	47. Romênia	-10,0
Irã, Rep. Árabe	45,7	48. Gabão	41,4	48. Eslováquia, Rep.	62,5	48. Síria, Rep. Árabe	-10,0
Noruega	45,7	49. Tunísia	41,3	49. Nova Zelândia	62,3	49. Costa do Marfim	-10,0
Polónia	45,2	50. Venezuela, RB	40,7	50. Romênia	62,1	50. Filipinas	-10,0
Finlândia	45,1	51. Sri Lanka	40,5	51. Maurício	61,8	51. Burkina Fasso	-20,0
Portugal	44,9	52. Laos PDR	40,4	52. Bélgica	61,7	52. Ruanda	-20,0
Equador	44,8	53. Paraguai	40,1	53. África do Sul	61,5	53. Bulgária	-20,0
Austria	44,5	54. Lituânia	40,0	54. Arábia Saudita	60,9	54. Coreia, Rep.	-20,0
Espal	44,5	55. Honduras	39,9	55. Letônia	60,9	55. Burundi	-20,0
Costa do Marfim	44,4	56. Marrocos	39,7	56. Croácia	60,8	56. Camboja	-20,0
Hungria	43,9	57. Suazilândia	39,7	57. Marrocos	60,3	57. Quênia	-20,0
Checa, Rep.	43,8	58. Croácia	39,2	58. Suazilândia	60,3	58. Senegal	-20,0
Madagascar	43,7	59. Arábia Saudita	39,1	59. Honduras	60,1	59. Tunísia	-20,0
Marrocos	43,4	60. Letônia	39,1	60. Lituânia	60,0	60. Dominicana, Rep.	-20,0
Sri Lanka	43,2	61. África do Sul	38,5	61. Paraguai	59,9	61. Holanda	-20,0
Tunísia	43,1	62. Bélgica	38,3	62. Laos PDR	59,6	62. Sri Lanka	-20,0
Uigéria	42,9	63. Maurício	38,2	63. Sri Lanka	59,5	63. Papua Nova Guiné	-20,0
Guatemala	41,6	64. Romênia	37,9	64. Venezuela, RB	59,3	64. Guiné	-20,0
Nova Zelândia	41,5	65. Nova Zelândia	37,7	65. Tunísia	58,7	65. Uruguai	-20,0
Suíça	41,4	66. Eslováquia, Rep.	37,5	66. Gabão	58,6	66. Hungria	-20,0
Camboja	41,0	67. Egito, Rep. Árabe	37,4	67. Ucrânia	57,4	67. Suécia	-30,0
Zâmbia	40,9	68. Hungria	37,3	68. Paquistão	57,2	68. Checa, Rep.	-30,0
Paraguai	40,5	69. Checa, Rep.	37,1	69. Tanzânia	56,8	69. Irlanda	-30,0
Bulgária	40,3	70. Polónia	36,4	70. Chile	56,6	70. Bélgica	-30,0
Burkina Fasso	40,0	71. Casaquistão	36,3	71. Togo	56,0	71. Malauí	-30,0
Dinamarca	38,7	72. Tailândia	36,2	72. Colômbia	55,9	72. Portugal	-30,0
Senegal	38,6	73. Etiópia	36,2	73. Síria, Rep. Árabe	55,9	73. Paraguai	-30,0
Guiné	38,5	74. Guatemala	36,2	74. Nigéria	55,7	74. Nova Zelândia	-30,0
Malásia	38,1	75. Malásia	36,0	75. El Salvador	55,7	75. Grécia	-30,0
Dominicana, Rep.	37,9	76. Albânia	35,0	76. Estônia	55,7	76. Guatemala	-30,0
Papua Nova Guiné	37,4	77. México	34,7	77. Panamá	55,1	77. Quirguízia, Rep.	-30,0
Israel	37,3	78. Dinamarca	34,6	78. Turquia	55,0	78. Noruega	-30,0
Azerbaijão	36,9	79. Indonésia	34,5	79. Gana	54,9	79. Áustria	-30,0
Eslováquia, Rep.	36,6	80. Espanha	34,5	80. Benin	54,8	80. Mongólia	-30,0
Honduras	36,0	81. Holanda	34,4	81. Costa do Marfim	54,7	81. Suíça	-30,0
Marrocos	35,4	82. Costa Rica	34,0	82. Irlanda	54,7	82. Nepal	-30,0
Laos PDR	35,0	83. Suíça	33,9	83. Peru	54,5	83. Finlândia	-30,0
Uruguai	34,5	84. Portugal	33,8	84. Camboja	54,5	84. Belarus	-30,0
Botswana	34,2	85. Líbano	33,3	85. Guiné	54,5	85. Dinamarca	-40,0
Eslovênia	34,0	86. Quênia	32,9	86. Geórgia	53,7	86. Honduras	-40,0
Jordânia	34,0	87. Eslovênia	32,9	87. Macedônia, FYR	53,7	87. Benin	-40,0
Malauí	33,9	88. Botswana	32,7	88. Trinidad e Tobago	53,6	88. Laos PDR	-40,0
Nicarágua	33,4	89. Oman	32,5	89. Mongólia	53,1	89. Geórgia	-40,0
Mongólia	33,4	90. Bangladesh	32,1	90. Senegal	52,5	90. Eslováquia, Rep.	-40,0
Quirguízia, Rep.	33,1	91. Rússia, Fed.	31,6	91. Papua Nova Guiné	52,4	91. Croácia	-40,0
Costa Rica	32,6	92. Jordânia	31,5	92. Dominicana, Rep.	52,0	92. El Salvador	-40,0
Benin	32,2	93. Austrália	31,2	93. Madagascar	51,9	93. Oman	-40,0

tuânia	32,2	94.	Irã, Rep. Islâmica	30,1	94.	Bulgária	51,7	94.	Panamá	-4
l Salvador	31,1	95.	Áustria	29,9	95.	Quirguízia, Rep.	51,1	95.	Lituânia	-4
eórgia	31,0	96.	Grécia	29,0	96.	Brasil	50,9	96.	Armênia	-4
anamá	30,3	97.	Nepal	28,4	97.	Argentina	50,9	97.	Moldávia	-4
uanda	29,1	98.	Noruega	28,3	98.	Moldávia	50,2	98.	Botsuana	-4
etônia	28,5	99.	Belarus	27,9	99.	Burkina Fasso	50,0	99.	Togo	-4
ogo	28,3	100.	Itália	27,7	100.	Jamaica	49,9	100.	Jordânia	-5
lbânia	26,6	101.	Canadá	27,6	101.	Malauí	49,5	101.	Costa Rica	-5
slovênia	26,4	102.	Suécia	27,6	102.	Bolívia	49,0	102.	Israel	-5
abão	26,1	103.	Alemanha	27,5	103.	Uruguai	48,9	103.	Letônia	-5
urundi	25,5	104.	França	27,3	104.	Sudão	48,6	104.	Gabão	-5
oldávia	25,5	105.	Reino Unido	26,7	105.	Armênia	48,3	105.	Macedônia, FYR	-5
rbano	25,1	106.	Finlândia	25,5	106.	Equador	47,9	106.	Jamaica	-5
rmênia	25,0	107.	China	24,4	107.	Moçambique	47,6	107.	Estônia	-5
acedônia, FYR	23,6	108.	Coréia, Rep.	24,3	108.	Uganda	46,2	108.	Albânia	-5
stônia	23,0	109.	Filipinas	24,2	109.	Nicarágua	38,2	109.	Eslovênia	-6
amaica	21,6	110.	Estados Unidos	22,0	110.	Ruanda	36,7	110.	Libano	-6
uazilândia	15,5	111.	Índia	21,6	111.	Burundi	33,8	111.	Trinidad e Tobago	-7
rinidad e Tobago	14,5	112.	Israel	21,5	112.	Azerbaijão	33,5	112.	Suazilândia	-7
aurício	11,6	113.	Japão	18,1	113.	Zâmbia	30,3	113.	Maurício	-8